



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

14ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 11º andar - Sala 1109, Centro - CEP 01501-020,

Fone: (11) 3489-6621, São Paulo-SP - E-mail: sp14faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1027613-47.2022.8.26.0053**  
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Garantias Constitucionais**  
 Requerente: **Apeosp Sind dos Prof do Ensino Oficial do Est**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz de Direito: Dr. **JOSE EDUARDO CORDEIRO ROCHA**

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo **SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Relata que a ré está na iminência de implantar no Estado de São Paulo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, estimulando que escolas da rede pública estadual adiram a ele. O Estado de São Paulo aderiu ao programa, por intermédio de lei meramente autorizativa, que possui vício de iniciativa, e não tem respaldo constitucional. Foi assim que, especificamente no que se refere à E.E. Profª Noêmia Bueno do Valle, realizou-se deliberação pelo conselho da escola, de forma irregular, em violação ao artigo 95 do Estatuto do Magistério Paulista (LC nº 444/85), com a participação de alunos menores de idade, acerca da implementação do Pecim na unidade. A adesão da escola seria também ilegal, pois não há qualquer parecer ou resolução do Conselho Nacional de Educação ou mesmo do Conselho Estadual de Educação que dê respaldo ao projeto, até porque sistema de ensino estranho aos Planos Nacional e Estadual de Educação e que viola o artigo 3º, II e III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na medida em que imprime caráter ideológico às escolas públicas. Pleiteia o autor o deferimento da tutela de urgência, para que sejam suspensos quaisquer atos administrativos que possam ser praticados visando a adesão da E.E. Profª Noêmia Bueno do Valle ao Pecim.

**Relatei.**

**Decido.**

Recebo a emenda da inicial apresentada a fls. 90.

É caso de deferimento da tutela de urgência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES

14ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

Viaduto Dona Paulina, 80, 11º andar - Sala 1109, Centro - CEP 01501-020,

Fone: (11) 3489-6621, São Paulo-SP - E-mail: sp14faz@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

A instituição do modelo de escolas cívico-militares por meio do Decreto Presidencial nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que instituiu Programa Escola Cívico Militar (PECIM), aparentemente usurpou competência do legislativo federal para legislar sobre princípios e diretrizes educacionais, a incidir em inconstitucionalidade formal. Além disso, sob aspecto material, o caráter nitidamente ideológico da estruturação das escolas cívico-militares, amparado em hierarquia e disciplina comportamental rígidas, típicas da organização militar, conflita com os princípios constitucionais que regem o ensino (artigo 206 da CF), lastreado na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e saber, com respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, além da necessidade de observância da gestão democrática do ensino público. Tão relevante a preocupação com o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, que parte dos princípios constitucionais foi reiterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (artigo 3º da Lei nº 9.394/96), com acréscimo de outros, como a necessidade de que o ensino seja ministrado "*com respeito à liberdade e apreço à tolerância*".

Por certo que a situação merece apreciação mais detida, após o oferecimento de resposta pela parte contrária, mas o risco de desvirtuamento das diretrizes básicas da educação, como previstas em nossa Constituição Federal, traz preocupação e recomenda a suspensão provisória da implantação do projeto cívico-militar na escola indicada na inicial, até solução final da demanda.

Ante o exposto, **DEFIRO** o pedido de tutela de urgência, nos moldes requeridos, para determinar a suspensão de quaisquer atos administrativos que possam ser praticados visando a adesão ao PECIM na E.E. Profª Noêmia Bueno do Valle.

Cite-se a ré, para apresentação de contestação no prazo legal.

Intime-se.

São Paulo, 08 de junho de 2022.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO PAULO**

**FORO CENTRAL - FAZENDA PÚBLICA/ACIDENTES**

**14ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA**

**Viaduto Dona Paulina, 80, 11º andar - Sala 1109, Centro - CEP 01501-020,**

**Fone: (11) 3489-6621, São Paulo-SP - E-mail: sp14faz@tjsp.jus.br**

**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**